

Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics

Journal homepage: www.ipebj.com.br/forensicjournal



Editorial

No Volume 4(1) publicado pelo *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics*, estão disponíveis para leitura os resumos de dois eventos importantes da área pericial e sete artigos completos.

O primeiro evento foi o XII Congresso Brasileiro de Odontologia Legal, acontecido de 03 a 06 de setembro de 2014 na cidade de Florianópolis (SC), foram apresentados 37 painéis e 17 apresentações orais, contemplando as várias áreas da odontologia legal, como casos de identificação humana, DNA, valoração do dano bucomaxilofacial, antropologia forense, radiologia forense, etc.

O segundo evento foi o VI Simpósio Forense, ocorrido na cidade de Ribeirão Preto (SP), no qual foram apresentados 10 trabalhos com temas relacionados à criminologia e psicopatologia forense, tais como imagem e qualidade de vida dos encarcerados, análise de personalidades psicopáticas, computação forense, violência sexual, canibalismo, etc.

Dentre os artigos completos há uma revisão de literatura realizada por Pereira et al. abordando as lesões orofaciais em mulheres vítimas de violência doméstica, num período de 20 anos (1993-2013), onde foi constatado que a face é a região mais atingida e que o marido/companheiro e o ex-companheiro são os maiores agressores. Os autores revisam trabalhos sobre o tema em vários países e levantam vários trabalhos nacionais evidenciando que o tema é questão de saúde pública.

No âmbito da Medicina Veterinária Forense, Carvalho demonstrou a viabilidade de se identificar 20 espécies de vertebrados por meio de análise genética, tendo em vista que o método mais utilizado para a identificação de alguns animais (domésticos e selvagens) baseia-se na análise das características morfológicas do material examinado. Entretanto, este tipo de análise pode não trazer resultados satisfatórios uma vez que o material analisado pode estar fragmentado ou degradado, sendo a análise genética uma ferramenta importante neste contexto.

Sobre a especialidade de Implantodontia há dois trabalhos importantes que discutiram aspectos de prevenção de processos civis nesta especialidade odontológica. Bortman & Scanduzzi realizaram um estudo de 147 jurisprudências cíveis envolvendo a prática odontológica na especialidade de Implantodontia, no TJSP num período de 10 anos e constataram que 52% dos casos a ação foi procedente, ou seja, com condenação do profissional/clínica por defeitos nos serviços prestados. Os autores concluíram que o sucesso das reabilitações envolvendo implantes dentários é o planejamento, tendo em vista que o fator de maior relevância a ser analisado é o nível ósseo, seguido da localização e mensuração. Outro fator de relevância destacado foi o controle da condição sistêmica do paciente e a manutenção de um bom relacionamento profissional paciente. Ainda no contexto de responsabilidade profissional em implantodontia, Kichler et al. revisaram a literatura em busca de fatores de insucesso ligados tanto ao paciente (alta expectativa) quanto ao profissional (nas etapas cirúrgica e protética) e destacaram que além da identificação destes fatores, torna-se fundamental possuir um bom relacionamento com o paciente e uma completa documentação odontológica.

Sobre o tema de Direitos Humanos, Vito e Correia Júnior realizaram um estudo acerca da aplicabilidade do Pacto de San Jose da Costa Rica no sistema prisional brasileiro, pacto este conhecido em decorrência Convenção Americana de Direitos Humanos no qual o Brasil é signatário, e que visa combater a violência dentro dos presídios. Os autores levantaram aspectos históricos da prisão e a sua finalidade no decorrer dos séculos, bem como a difícil realidade vivenciada hodiernamente. Também destacaram a responsabilidade do Estado neste papel e as condenações do Brasil na Corte Interamericana de direitos humanos que, apesar das repercussões positivas nos casos de violação, há uma dificuldade de cumprimento das decisões da Corte no âmbito nacional.

Macri Neto & Costa analisaram os aspectos jurídicos, psicológicos e sociais da redução da maioria penal no Brasil, cujo tema tem provocado grandes discussões devido ao alto índice de criminalidade protagonizado por crianças e adolescentes apresentados na mídia e à inimizabilidade penal destes indivíduos consagrada na Constituição brasileira. Os autores ressaltam que esses crimes geram desconforto e descrença quanto aos órgãos públicos (judicial, executivo e legislativo) do país, causando uma sensação de injustiça na população, e destacam

que há certa confusão de nomenclaturas na conferência da responsabilidade a esses jovens, que na realidade sofrem punições severas em níveis distintos, conforme prevê o ordenamento jurídico nacional e internacional. A conclusão obtida neste estudo evidencia a responsabilidade do Estado para com seus jovens, proporcionando-lhes saúde, estudo, trabalho ao invés paliativamente reduzir a maioria penal e construir presídios, esquecendo-se que um dia retornarão ao convívio social mais selvagens.

Por fim, Porto et al. estudaram a debilidade de função e deformidade permanente nas Lesões Dentárias em âmbito penal, avaliando 44 acórdãos julgados entre os anos de 1996 e 2009. 25% dos acórdãos decidiram pela inexistência das qualificadoras do art. 129 do Código Penal, desconsiderando o laudo pericial. As decisões que ilustraram o presente trabalho somente acataram os pronunciamentos periciais que foram claros, detalhados e suficientemente esclarecedores. Desta forma, os autores destacam que por deficiências no laudo, pode um o réu causador de lesão dentária em outrem não receber a penalidade adequada para sua conduta.

Rhonan Ferreira da Silva
Prof. Doutor de Odontologia Legal – UFG
Perito Criminal da Polícia Científica (GO) – Área Odontologia Legal e Antropologia
Forense
Membro do Conselho Editorial do BJFS